

EMPRESTIMOS

A pretexto de que os paizes novos têm muitas fontes de renda e riquezas inesgotaveis, os governos, ainda que bem intencionados e honestos, nenhum escrupulo têm de os onerar com empréstimos internos e externos.

Esquecem-se de algumas verdades importantes.

A primeira é que a industria mais contribue do que os elementos naturaes para a riqueza de um paiz, e a industria é incipiente nos paizes novos. A segunda é que, como observam economistas da estatura de Garnier, a facilidade de empréstimos gera nos Estados a mesma imprevidencia que nos individuos, não havendo muito grande differença entre as regras para enriquecer um individuo e um Estado, comquanto ninguem conteste a differença entre o empréstimo particular e o publico (Leroy Beaulieu, Sc. das Finanças, v. 2, p. 128) A terceira é que, segundo nos ensina a historia dos empréstimos, os mais ricos paizes, os de melhor administração têm sido surprehendidos pela difficuldade que encontram em solver seus debitos, como referem *Coquelin* e *Guillaumin* (Dictionnaire, ver. Crédit, v. 1, pgs. 570 e segs.)

O empréstimo a longo prazo, salvo o caso de extrema necessidade, é prova de falta daquelle sentimento que *Picard* denominou “progenismo”, e que é a influencia em um ser do que deve acontecer aos seus descendentes. A falta deste sentimento, segundo *Montesquieu*, patenteia-se no governo absoluto, comparavel ao selvagem que corta a arvore para colher o fructo. Essa falta é mais geral do que pensava o autor do Espirito das Leis.

Attendendo-se á difficuldade, á somma de sacrificios para a solução, resgate ou amortização, de qualquer empréstimo publico, cumpre estabelecer, como regra segura

que os Estados devem contentar-se com os impostos. Estes mesmos hão de ser moderados, porque, quando excessivos, bastam, segundo *Adam Smith*, para reduzir á miseria o povo, e até leval-o á estupidez, que é uma das consequencias da miseria, do proletarismo, como ensinam os notaveis economistas *Coquelin* e *Guillaumin*.

Alguns financeiros radicaes sustentam que os empréstimos só se admittem nos casos de guerra ou revolução: “Mais il n’y a que ces deux causes qui excusent l’emprunt: ou une guerre à soutenir, et bien entendu, nous parlons d’une guerre inévitable; ou une révolution à réparer.” Si o Estado só tivesse por missão a defesa interna e externa da communhão social, fazendo guerra, reprimindo as revoluções e distribuindo justiça ou applicando as leis, poderia acceitar-se esta doutrina extrema. O Estado, porém, segundo a doutrina geralmente acceita hoje pelos publicistas, deve fazer tudo quanto o particular se mostrar impotente para levar a effeito, e fôr de utilidade para a communhão social. O Estado é, sim, pessimo administrador. Suas empresas dão sempre resultado inferior ás dos particulares.

Si porém ha necessidade de se realizar um melhoramento, e o particular, depois de todas as concessões e favores outorgados pelo Estado, não levar a effeito o melhoramento, é a occasião de intervir o Estado, tomando a si a realização do que reclama o interesse publico. Esta doutrina que occupa um lugar médio entre o extremo individualismo ou o Estado gendarme, e a omnipotencia que tem vóga particularmente na Allemanha e entre os hegelianos, parece a unica que fixa de modo conveniente as funcções do Estado moderno. Assim sendo, claro é que o Estado póde ter necessidade de capitaes para effectuar os melhoramentos precisos para o bem estar do povo (“*Ricca Salerno*”, “*Scienza delle Finanze*,” paragraphos 4 e 5). Si ha necessidade de ser construida uma estrada de ferro estrategica, si os particulares não a fazem, depois de todas

as concessões dadas pelo Estado (garantia de juros, subvenção kilometrica, etc.), força é que o Estado recorra ao emprestimo, ao credito, para bem da sociedade. (“Cossa”, “Scienza delle Finanze”, pag. 145).

Aqui, porém, ha a referir o que dizem os mestres da Sciencia das Finanças sobre o pagamento do emprestimo. Cumpre que o Estado procure pagar o emprestimo com os rendimentos da empresa, si ella é de molde a dar rendas, resultado economico. No caso contrario, terá de recorrer ao producto do imposto, e por “caso contrario” eu entendo aquelle em que não se trata de uma empresa rendosa, mas de um melhoramento que é destinado unicamente á felicidade publica, como é a estrada de ferro a que me referi, como é um hospital, como é o soccorro a uma região flagellada pela secca, por terremotos, por molestias, etc.

Refere “Puynode” que emprestimos foram lançados por Luiz XIV e por outros principes para luxo e dissipação, a pretexto de precisar o Estado de dinheiro para hospitaes! Tal procedimento da parte do Governo é um attentado á propriedade da nação, é acto abominavel. Refere o mesmo escriptor que a Russia tem, ou tinha, cem milhões de francos enthesourados em S. Petersburgo, quando estava em debito de enorme quantia, e tinha um papel-moeda avultado em circulação. Isto é um erro: o Estado deve ter em seu poder só o dinheiro indispensavel para as despesas do anno, recorrendo aos emprestimos, unicamente para uma applicação immediata do seu producto. Proceder de modo diverso é seguir o systema dos avarentos que enterram seu dinheiro, em vez de o pôrem em circulação.

Esta illusão de riqueza por meio de thesouros, já se dissipou, desde o tempo em que a Hespanha ficou reduzida á maior das miserias, não obstante se achar abarrotada pelo ouro das colonias americanas. Diz “Puynode”: “Les gouvernements de l’antiquité, ignorant la puissance et les usages du crédit, se contentaient d’amasser, durant la

prosperité, des trésors que bientôt leur prodigalité ou la guerre dissipait.” O dinheiro deve ser empregado em obras uteis ao povo.

Os empréstimos só devem ser lançados quando houver necessidade de dinheiro para uma obra extraordinaria, como acima ficou dito. *Leroy Beaulieu*, que com tanta agudeza estudou a thesaurização (Sc. das Finanças, v. 2, pgs. 120 e segs.), só lhe acha vantagens para o caso de guerra subita.

Poucos assumptos financeiros têm dividido tão profundamente os mestres quanto o da vantagem dos empréstimos, sendo de notar que as opiniões têm sido modificadas conforme as épocas. No seculo XVIII, dominou a opinião de que elles eram grandemente salutaes para o desenvolvimento da riqueza publica, e para felicidade do povo! . . . *Voltaire*, *Condorcet*, astros de primeira grandeza, e muitos outros grandes homens referidos por *Leroy Beaulieu* julgavam os empréstimos um remedio efficaz para quasi todos os males sociaes. *Berkeley* chegou a dizer que as dividas publicas são verdadeiras minas de ouro, o que causa horror a *Gustavo Puynode*, que exclama, criticando a opinião no mesmo sentido manifestada por *Alexandre Hamilton*, nos Estados Unidos, em 1910: “Étrange ressource cependant, qu’une dette et que de gens riches, à ce compte, manqueraient de pain!” No seculo XIX, houve uma reacção contra este modo de pensar, e *Gide* zomba dos barbaros que só entram para o concerto dos povos europeus endividando-se.

* Ora, creio ter mostrado acima que, em si mesmo, o empréstimo não é, nem um mal, nem um bem: tudo depende da applicação que lhe é dada. Si elle deixa proveito, si é applicado em obras uteis ou rendosas, será um bem. Si porém o governo dá ao dinheiro que recebe por empréstimo o emprego que lhe dava *Luiz XIV*, si o desperdiça em obras de luxo, claro que o empréstimo é uma calamidade social.

Ninguém ignora o mal que resulta aos Estados da dissipação. Ha de pagar o luxo dos governantes o povo pelo imposto. Esta é, parece-me, a questão fundamental, mas outras considerações merece o caso, e convém saber quaes os effeitos que o emprestimo exerce, bem ou mal empregado sobre o movimento economico de um paiz. Muitos desses effeitos não interessam nossa Patria. Outros porém nos dizem muito de perto respeito.

Vejam os alguns effeitos que mais nos interessam. Um dos males para nós resultantes dos emprestimos internos é a deslocação de capitaes para o centro, ou para a capital do Estado. Ainda que nos paizes novos haja pouca tendência para os titulos de emprestimo publico, entretanto sempre attrahem alguns capitaes que poderiam ser empregados em beneficio da industria no interior do Estado, e, que, pelo emprestimo, fogem para a capital.

Ora, é observação que o desenvolvimento das grandes cidades, com prejuizo do campo, do interior do paiz, da lavoura, é accentuado pelos emprestimos internos, e tambem pelas empresas urbanas. Ahi temos duas bombas, segundo a expressão de *Leroy Beaulieu*, a sugarem os capitaes da provincia. Dinheiro de homens de letras, de viúvas, de pessoas inactivas, que poderia ser empregado, no Brasil, em emprestimos hypothecarios á lavoura, fogem para a capital do Estado, e por este modo, centralizam-se os negocios absorvendo o capital á vida da provincia.

Ainda mesmo que não centralizando os negocios, ainda mesmo que p.ovocando pouca sympathy, ainda mesmo que não arrastando para a capital do Estado grandes capitaes da Provincia, tem sempre o emprestimo publico a inconveniencia de retirar grandes sommas das empresas particulares, com accentuado damno para as industrias, particularmente para as incipientes, como são as de nossa Patria. O inconveniente maximo do empres-

timo, a meu vêr, é, como acima disse eu, cultivar a imprevidencia. Diz *Gide* que o selvagem e o homem de pouca cultura são imprevidentes. Ora, o que é certo é que são unicamente mais imprevidentes do que os outros homens: todos somos imprevidentes até certo gráo. Esta é a razão por que julgo que os governos patrióticos devem, quanto possível, abster-se dessa medida, satisfazendo-se, em regra, com os impostos. Eis ahí a razão por que me parece haver mais vantagem em contrahir empréstimos com prazo certo de resgate ou amortização, pois assim o devedor terá mais um incentivo para a economia.

Ainda sobre o assumpto suscitou-se uma questão interessante ao tempo de *Condorcet*, sustentando o grande pensador que um empréstimo, quando levantado no estrangeiro, tinha a desvantagem de fazer sahir os juros do paiz.

Do modo de pensar de *Condorcet*, em casos analogos, têm sido grandes homens. Assim, o grande escriptor portuguez *Alexandre Herculano* pensava que era um alto negocio para Portugal que os portuguezes viessem trabalhar no Brasil, e levassem o producto de seu trabalho reduzido a dinheiro, esquecendo-se de que, “emquanto houvesse serviço em Portugal”, poderiam os portuguezes lá deixar o producto de suas forças.

Assim, um illustre homem de estado de nossa Patria, sustentou que o colono italiano era uma sacca cuja bocca estava em S. Paulo e o fundo roto no Tibre, esquecendo-se que o “italiano deixa no Brasil o serviço”.

Elemento importante de producção é o trabalho, a que me referi nestes dois exemplos, mas igualmente importante é tambem o capital, pois é tradicional que a producção depende de terra, trabalho e capital, e, assim sendo, tem razão *Leroy Beaulieu*, quando diz que é mais vantajoso para o Estado, tomar empréstimos fóra, por que assim entram no paiz capitaes, em vez de serem distrahidos das industrias nacionaes os que poderiam ser nellas applicados (Sc. des Finances, v. 2, pag. 143).

O que porém, é o mais importante, ao contrahir-se um emprestimo, é dar-se ao capital recebido applicação proveitosa: ou melhoramento das condições sociaes (defesa nacional etc.), ou desenvolvimento de alguma industria (uma via de transporte capaz de desenvolver a riqueza publica).

O individuo que contrahe um emprestimo para comprar instrumentos com que deverá ganhar dinheiro, não deve se impressionar com a responsabilidade que assume. Aquelle porém que toma dinheiro para o despender em prodigalidade, faz sempre um mau negocio.

Não encerrarei este artigo, sem recordar que *Jacques Lafitte* fez sentir a fascinação que o emprestimo exerce sobre os governos, fascinação contra a qual nos devemos precatar. O imposto, disse elle, é pago a contragosto, ao passo que os capitalistas correm a attender aos emprestimos lançados pelo governo. Considere-se, porém, que o imposto é dado sem que o povo fique onerado, ao passo que o emprestimo, suave quando é contrahido, pesa cruelmente, no povo, mais tarde, no momento em que deve ser solvido.

Quando se tratar de emprestimo para a defesa interna e externa da Patria, ou quando se tratar de capitaes destinados a empresas productivas, e mais que tudo quando se buscarem capitaes no estrangeiro para desenvolvimento da nossa producção, então não deveremos ter medo dos emprestimos, contra os quaes os povos têm tanta prevenção, porque infelizmente, as mais das vezes, são applicados pessimamente.

Concluo, pois, que o unico criterio para saber si é bom ou mau um emprestimo, é determinar a applicação que ao capital recebido dará o governo. Infelizmente quão longe estão os governos de cogitarem do augmento de producção pelos capitaes levantados! Não me refiro só ao de nossa Patria, mas aos de outros paizes, devendo comtudo lembrar que o Brasil, por ser paiz novo, exige

mais accentuadamente esse beneficio da parte de seus dirigentes, de que os paizes onde as industrias estão mais desenvolvidas.

No emtanto, ha bem pouco, um membro do Congresso legislativo federal, interpellado sobre as condições economicas de nossa Patria, disse que só sabia lançar imposto!!!... O que queria dizer é que estava prompto para tirar dinheiro do contribuinte. Saber lançar imposto é mais difficil do que pensam os leigos em Sciencia das Finanças.

Felizmente bom numero de representantes do povo nos Congressos legislativos brasileiros conhece os segredos da difficil arte de lançar impostos, e a isto devemos ter podido manter nossas condições economicas em estado regular, e a realidade é que nosso paiz está longe de se achar á beira de um abysmo, prestes a ser devorado pela divida, em vespera de entregar suas fontes de renda ao estrangeiro, acorrentado pelos credores, como dizem certos espiritos que se deixam tomar facilmente pelo panico. Isto não impede que devamos ter muito cuidado com os nossos emprestimos e com os impostos, porque tambem não é tão grande quanto dizem os optimistas, a nossa riqueza, acabada hoje a lenda do El-Dorado. Com uma feliz direcção, não devemos ter medo do futuro.

BRAZ DE SOUSA ARRUDA,

Docente da Faculdade.

